

Em luta por reconhecimento



PROFESSORES As lutas por melhores condições de trabalho em todo o país não só chamam a atenção da sociedade para a necessidade de valorização da classe, mas também para a necessidade de que a educação se torne, de fato, uma prioridade para o Poder Público

Leonardo Gomes

(Foto: Wilson Dias/Agência Brasil)



Desvalorização, jornadas exaustivas de trabalhos, falta de segurança, baixos salários e desrespeito refletem as más condições de trabalho de parte dos professores de ensino fundamental, médio

e superior no país. Em consequência desse quadro, manifestações se espalham pelo território nacional, movimentando milhares de professores de todos os níveis, unidos por uma única bandeira: melhores

condições de trabalho e respeito pela categoria. Mas as últimas manifestações fazem parte de um longo histórico de mobilização desta categoria.

De acordo com coordenador geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sin-tepe), em Caruaru, Fabiano Andrade, as mobilizações dos professores sempre existiram, mas foi a partir de 2009, com a aprovação da lei 11.738 (Lei do Piso), que as mobilizações passaram a se unificar. “Essas lutas estavam restritas às cidades e aos Estados de cada grupo de professor e eles não tinham uma referência de luta. Com essa lei estabeleceu-se o piso nacional do professor, um salário unificado, que se tornou uma referência para toda a categoria”, afirmou o sindicalista.

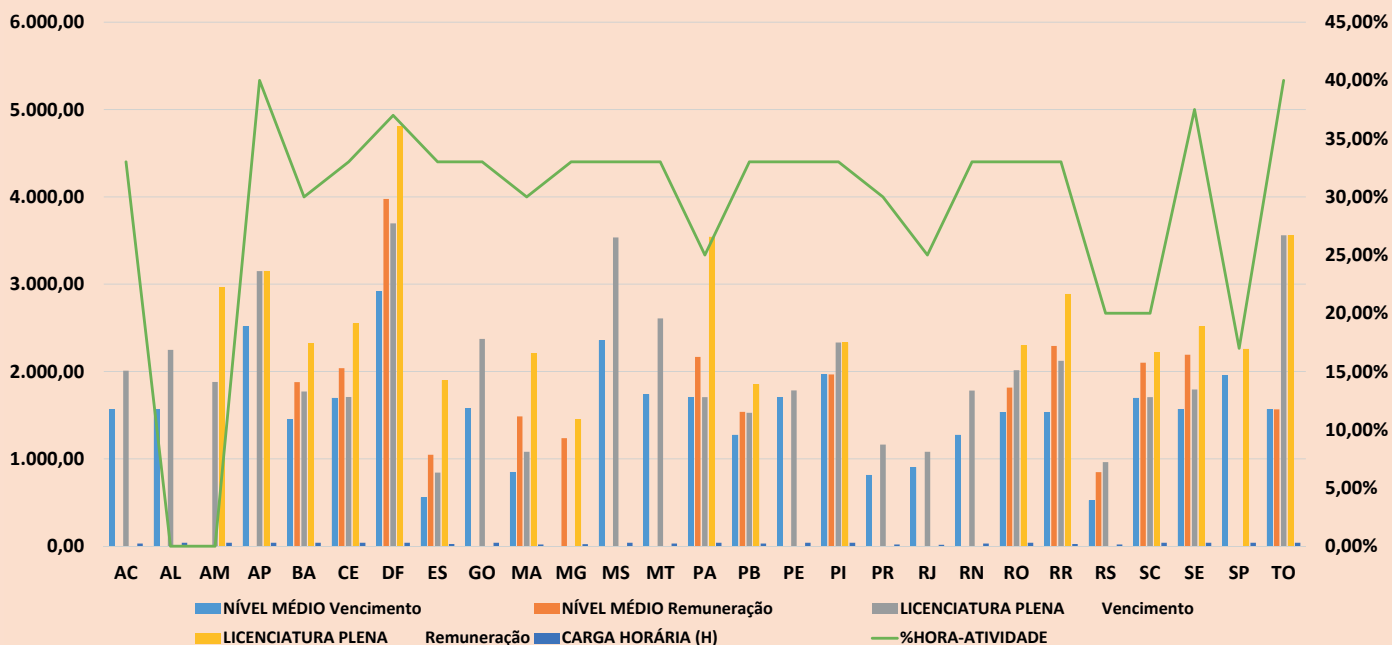
Andrade alerta que os governos poderiam repensar o montante pago aos professores para além do piso salarial. As realidades de cada localidade refletem necessidades diferentes.

Por isso, é preciso, segundo ele, continuar e fortalecer a luta para a mudança deste cenário. Essa mesma opinião é compartilhada por Amilcar Bezerra, coordenador do curso de Comunicação Social com ênfases em Mídias Sociais e Produção Cultural da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Campus Agreste. Ele acredita que os professores precisam continuar ocupando espaço político e que, para isso, os protestos são muito importantes.

Na visão do comunicólogo, as mobilizações dos professores são fundamentais para mostrar à sociedade que os professores estão ativos no cenário político, que estão se organizando e que podem se

→

TABELA DO SALÁRIO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (REFERÊNCIA: MAIO DE 2014)



Fonte: Entidades filiadas à CNTE

Valores referentes ao mês de maio de 2014, considerados no início das carreiras de magistério dos profissionais com formação de nível médio (normal) e graduação em nível superior (pedagogia e licenciatura);

O piso nacional do magistério incide no vencimento de carreira do professor com a formação em curso normal de nível médio;

A referência mínima para a jornada extraclasse, prevista na lei 11.738, é de 33,33%.

articular para fazer valer os seus interesses, que correspondem também à valorização da educação de todo país. “O fato de os professores se mobilizarem contra uma manobra do governo do estado que desvalorizaria o fundo da aposentadoria dos servidores, no caso do Paraná, é válida e a forma como o governo reagiu a isso diz muito sobre o lugar que o professor ocupa dentro do imaginário dos políticos. É importante que os professores ocupem esse espaço para que os próprios políticos mudem essa visão que eles têm sobre a classe”, desabafou.

“O que aconteceu no Paraná, por exemplo, foi algo trágico: professores

sendo agredidos pela polícia a mando do governo do estado. Mas, por outro lado, foi sintomático e esclarecedor, porque é através de um momento como este que a gente percebe como a educação é vista pelas autoridades políticas do nosso país”, pontua Bezerra, que leciona desde 2004.

Também para a pedagoga Nadja Maria Albuquerque de Souza, especialista em Implantação e Gestão Escolar e coordenadora dos cursos técnicos da Faculdade Ascés, o fato de os professores estarem se tornando um novo e importante ator político no Brasil é o resultado mais importante das manifestações. “Os profes-

sores acordaram e, agora, clamam por respeito, dignidade e estão, sim, tornando-se uma importante força política no país”, ressaltou ela.

Para a gestora, é fundamental chamar a atenção da opinião pública para a situação da educação no país. “Em suas campanhas eleitorais, os candidatos às eleições fazem o discurso de que a educação é prioridade absoluta no país, mas não cumprem suas promessas quando estão no poder. Eles acreditam que se pode brincar de fazer educação”, afirmou.

Por isso, segundo Bezerra, a questão é de vontade política porque, “infelizmente, estamos dependendo

(Foto: folhaz.com.br)



Para além das reivindicações próprias da categoria, a luta dos professores é, sobretudo, uma luta pela melhoria do ensino no país

da boa vontade dos políticos no congresso. Depois que eles se elegem, sofrem um processo de dissociação da sociedade”. Nesse contexto, ele considera fundamental que o professor ocupe um espaço político. “À medida que o professor se articula politicamente, pode pressionar o congresso, os políticos e fazer valer seus interesses”, resumiu o professor. Esta é também a opinião do educador Fabiano Andrade, para quem “o caminho é este, da luta”. Segundo ele, os professores reencontraram o caminho de se fazerem respeitados, de se fazerem valorizados e o caminho é o da rua é o caminho da luta.

Andrade recordou que, no período da redemocratização, os professores mobilizaram-se para eleger professores como representantes políticos: senadores, deputados e vereadores, mas isso não garantiu melhoras para

a categoria, já que as mudanças não dependiam apenas dos professores eleitos. Segundo ele, o professor não vai conseguir a valorização por meio de representação política, sobretudo, hoje, devido à crise nas instituições. Por isso, reafirmou, “o caminho para valorização da docência é o caminho da luta, da rua”.

Valorização do professor

A desvalorização do professor é uma questão histórica no Brasil. Segundo estatísticas recentes, existem cerca de 2,3 milhões de professores espalhados no país. “Eles vivem as mais variadas realidades. Só a desvalorização é uma uniformidade na categoria”, afirmou Nadja Albuquerque. Para a professora, muitos fatores contribuíram nesse processo de desvalorização, destacando entre estes, “a falta de apoio da sociedade”,

“os baixos salários” e o despreparo dos professores por falta de “cursos de formação profissional docente de qualidade”, que preparem os futuros educadores para “as dificuldades que irão enfrentar”.

Para Amilcar Bezerra, a valorização do professor passa por uma mudança cultural. Segundo ele, toda a sociedade precisa enxergar a educação como uma estância estratégica para superar os problemas da nossa sociedade e para formar a visão de mundo e, portanto, este assunto tem de estar no cerne do debate público. “Mas, esse debate está muito pulverizado em questões secundárias. Estamos discutindo muitas coisas nas redes sociais, na mídia, mas não aquilo que interessa que é educar as pessoas, formar cidadãos responsáveis”, afirmou.

Todos os entrevistados desta reportagem concordam com o fato de que o debate sobre a valorização dos professores deve começar pela questão salarial. Nesse sentido, Andrade ressaltou a dificuldade que o Governo Federal encontra de implantar um plano de cargo e carreira. Ele chamou a atenção para o fato de que esses planos já existem, mas não são cumpridos e exemplificou como os dois tipos de progressão salarial que já existem: a horizontal, por tempo de serviço, e a vertical, por titulação. “Mas os governos tanto dificultam o ganho salarial quanto impede do professor se qualificar”, afirmou.

Além da questão salarial, os entrevistados evidenciaram o problema da falta de investimento na formação do professor, sobretudo porque o profissional de educação é estratégico para a formação dos outros profissionais e justamente por isso,

essa questão deveria merecer uma atenção especial. Na opinião de Amilcar Bezerra, a formação dos professores está ligada diretamente a outra questão: o investimento na qualidade dos sistemas pedagógicos e de ensino.

Um contexto mais amplo

A categoria reivindica uma mudança no modo de a sociedade e os governos encararem a questão da educação no país. Nesse contexto, o professor Bezerra chama a atenção para o fato de que a luta dos professores vai muito além dos próprios interesses da categoria.

Para o professor, a questão da docência está ligada ao descaso do poder público com todo o sistema de educação no país. Ele recordou que, nas décadas de 1940 e 1950, a educação era pública e gratuita, mas o número de escolas era bem menor do que o atual. Isso fazia com que só uma pequena parcela da população pudesse frequentar a escola, enquanto a maior parte da população nem podia sonhar em estudar. Depois desse período, houve uma tentativa de melhoria do ensino básico e médio, mas só na virada do século XXI é que o Brasil conseguiu alcançar um nível que chega perto de 100% de crianças e jovens na escola.

Mais adiante, quando esse público chega à universidade, é perceptível as dificuldades dos estudantes “Recebemos alunos com sérios problemas básicos de escrita e de leitura: coisas que deveriam ter sido sanadas no ensino básico e médio”, explicou. “Num dado momento, a preocupação foi expandir e, agora, a gente está deparando-se com a se-

guinte situação: o sistema está estabelecido e o que vamos fazer para a escola funcionar bem? Qual proposta pedagógica que queremos ter?”, questionou.

“Os professores são agentes provocadores de mudanças e de desenvolvimento de toda a sociedade. Exemplos da criação de conselhos escolares atuantes contribuem como estratégias de mudanças de cenário”

Também para a professora Nádja Albuquerque, a luta dos professores é também uma luta pela melhoria do ensino no país. Segundo ela, trata-se de uma questão muito séria para a qual o Governo não tem conseguido encontrar soluções eficazes. E isso se dá porque o poder público tenta resolver o problema com receitas prontas e sem o necessário debate com a sociedade como é o caso das avaliações, das progressões continuadas e dos ciclos de ensino, que não surtiram os efeitos esperados. “As avaliações externas como demonstram resultados pífios e o governo se exime da culpa e diz que o problema está na formação dos professores”, afirmou.

Por isso, para Albuquerque, qualquer mudança eficaz na educação

do país deveria levar em conta, em primeiro lugar, a questão da política pedagógica, sobretudo no que diz respeito ao primeiro ciclo de ensino, a fim de que os estudantes não finalizem essa etapa sem saberem ler e escrever, passando ao ensino médio como analfabetos funcionais. Ligado a isso, ela chamou a atenção para a necessidade de investimentos na melhoria das estruturas de ensino, a fim de que as escolas se tornem ambientes mais agradáveis, favorecendo, assim, o aprendizado dos estudantes.

Além disso, Albuquerque ressaltou que a participação da comunidade na escola é imprescindível para a melhoria da qualidade do ensino e para que se desenvolva uma consciência política e reflexiva sobre os fatos na comunidade.

Uma das estratégias para isso, segundo ela, seria a constituição de um conselho escolar atuante, composto por pais, funcionários, alunos e professores, e que cobra e participa das decisões da escola.

O que essas questões estruturais da educação no Brasil tem a ver com a mobilização dos professores? Todos os entrevistados são unânimes em considerar que, para além das reivindicações específicas da categoria, o resultado mais importante da mobilização tem sido, justamente, chamar a atenção de toda a sociedade para a realidade da educação no país e fazer com que o poder público se sinta impulsionado a investir mais em sua priorização.

Nesse sentido, os professores pretendem se tornar, mediante as suas mobilizações, agentes de mudança e crescimento de toda a sociedade. ■